

## PADROEIROS CONTROVERSOS NA MONARQUIA CATÓLICA

ROWE, Erin Kathleen. *Saint and nation: Santiago, Teresa of Avila and plural identities in Early Modern Spain*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2011.

VINICIUS MIRANDA CARDOSO\*

A tese de doutoramento de Erin Kathleen Rowe, publicada em 2011 sob o título *Saint and nation: Santiago, Teresa of Avila and plural identities in Early Modern Spain*, é um estudo bastante original e estimulante, que merece ser conhecido pelos historiadores brasileiros, especialmente por aqueles que se dedicam ao mundo ibero-americano moderno. Sua relevância é corroborada por cerca de seis ou mais resenhistas que se dedicaram ao livro, entre eles o conhecido historiador do universo hispânico Henry Kamen.

Norte-americana, Erin Rowe desenvolve atualmente outra pesquisa na área de História Moderna, desta vez, sobre culto a santos negros em perspectiva atlântica. Foi professora assistente das Universidades de Virginia e de Oregon, e, em 2012, passou a ocupar o mesmo cargo na *Johns Hopkins University*, em Baltimore. *Saint and Nation* é a versão revista da tese defendida nesta mesma universidade em 2005, intitulada *Disrupting the Republic: Santiago, Teresa de Jesús, and the battle for the Soul of Spain, 1617-1630*, sob orientação de Richard L. Kagan, um dos discípulos do grande hispanista John H. Elliot. A autora faz parte da *Association for Spanish and Portuguese Historical Studies*, da *American Historical Association* e da *Renaissance Society of America*. Possui dois artigos oriundos da tese, publicados em 2006. Resenhou livro de Alison Weber sobre Teresa d'Ávila e as místicas espanholas (2009) e cerca de quatro outros relacionados ao tema da Contrarreforma na Espanha ou o culto a santos.

*Saint and nation* aborda o grande debate, transcrito no séc. XVII, sobre “quem era” ou “poderia ser” santo patrono da Espanha, tendo por objeto não apenas a espiritualidade

---

Resenha recebida em 17 de Agosto de 2014 e aprovada para publicação em 07 de Outubro de 2014

\*Doutorando do PPGHIS / UFRJ; professor substituto de História do Brasil colonial do IH / UFRJ.

católica, mas, principalmente, os dilemas políticos e “identitários” que a controvérsia suscitou entre os poderes instituídos, explicitando e acirrando tensões internas e externas. Como diz Rowe, a nomeação em *cortes* de Santa Teresa d’Ávila como “patrona”, ao lado do antigo padroeiro, São Tiago, poderia “parecer uma simples decisão devocional”. Alcançaria, porém, repercussão extraordinária, por parecer a alguns uma decisão “potencialmente cataclísmica”. O livro investiga aspectos culturais, políticos, sociais e espirituais do debate, que resultou em dezenas de panfletos e envolveu diversos letrados e as mais altas hierarquias da monarquia e da Igreja, em duas ocasiões diferentes (1617-18 e 1626-30), tendo seu desfecho em Roma.

No primeiro capítulo, *Santiago and the shadow of decline*, Erin Rowe sintetiza a história do patronato do santo ‘mata-mouros’ e principal patrono da Espanha (*Hispania*), traçando, por um lado, a identificação castelhana com São Tiago Maior na Renascença e, por outro, as dúvidas de letrados e clérigos a respeito tanto da propalada pregação do apóstolo na península quanto da “eficácia” de sua proteção. Questionamentos que chegam ao auge no final do Quinhentos e coincidem com o crepúsculo espanhol no Ocidente. Rowe defende que o patronato de São Tiago teve uma construção “lenta, incompleta e contestada”, abrindo brecha para a interposição de nova candidatura ao “ofício” patronal: a beata Teresa de Jesus.

*Saint Teresa and the lived experience of the holy*, o segundo capítulo da obra, realiza uma primeira aproximação à elevação de Teresa d’Ávila, falecida em 1582 e beatificada em 1614, ao título de copatrona da Espanha. Analisa as tensões presentes na primeira fase da controvérsia, que se seguiu à nomeação, por sugestão dos Carmelitas Descalços às cortes, em 1617. A hipótese é a de que, na essência, debatiam-se visões de “nação”, baseadas em concepções distintas sobre modernidade e tradição, representadas por cada um dos dois santos protetores. Para a autora, seria a presença recente da santa entre conterrâneos, ou seja, a “experiência vivida”, a explicação para o apelo que seu patronato alcançaria. Nesta primeira ocasião, o principal obstáculo levantado pelos arcebispos de Compostela e Sevilha era a alegada incoerência litúrgica do ato, uma vez que Teresa d’Ávila havia sido apenas ‘beatificada’, sem constar ainda do cânon universal da Igreja. Embora derrotados, os defensores da reformadora do Carmelo positivariam o conceito de “moderno” para justificar a “atualidade” da protetora eleita, enquanto os partidários do ‘mata-mouros’ clamariam pela sua exclusividade, acusando aos primeiros de heresia, escândalo e prejuízo ao “bem comum da república”.

*The politics of patron sainthood* focaliza a segunda tentativa de elevação de Santa Teresa, após sua canonização (1622). Em 1626, o copatronato da santa mística ressurgiria sob iniciativa de Felipe IV e de Olivares, como uma forma de propaganda régia, resultando num

breve papal que autorizava o intento. Os críticos empregariam uma ideia de nação – a de um passado comum da Ibéria – para justamente questionar e limitar o poder régio, em favor das tradições e direitos costumeiros, sobretudo quando se tratava de confrontar as medidas do conde-duque. Ambos os partidos empregariam a retórica do “bem comum” e do “bom” ou “mau” governo para justificarem-se, exacerbando o conflito de autoridade e obediência no horizonte da “razão de Estado cristã”, discutindo sobre virtudes e vicissitudes do *valido* do rei.

*The gender of foreign policy*, talvez seja o capítulo mais intrigante da obra. Flagra e examina tensões e discursos de gênero, na medida em que confronta a argumentação daqueles que se diziam preocupados com a efeminação da nação e de sua reputação (tal qual o patrocínio de Santa Teresa poderia sugerir às monarquias rivais), e a daqueles que, noutra extremo, difundiriam representações andróginas da santa, militarizando-a, para sustentar sua capacidade de defesa da monarquia hispânica num período de evidente declínio e conflitos externos. Mas diferentes nuances apareceriam entremeadas, por exemplo, a de teresianos que preferiram exaltar a feminilidade de Santa Teresa e suas vantagens modelares para os problemas de seu tempo. Ou aqueles que propunham soluções de compromisso, com base na complementaridade entre o masculino e o feminino. Os santiaguistas preferiam o antigo patrono guerreiro e mata-mouros, por urgir a virilidade masculina, e não a “fraqueza” feminina, para o “ofício público” de padroeiro da nação. Capítulo de enorme interesse para análise de representações de gênero.

*Mapping sacred geography* se prende ao problema da extensão territorial que competia à padroeira – Castela ou Espanha? –, detendo-se nas relações entre jurisdições e identidades “nacionais, regionais, locais e individuais”. Para os teresianos, o rei e o reino de Castela teriam uma posição superior, estendendo aos demais reinos hispânicos o patrocínio da santa e o dever de cultuá-la. Para os santiaguistas, a “Espanha” seria uma herança cultural e histórica, mas que não se confundia com a Coroa e o predomínio castelhano. Erin Rowe destaca ainda que o apelo de Santiago se restringiu basicamente a Castela, e que, embora a alusão à “nação” emergisse, a dimensão regional e local era tão importante quanto a “nacional” no suporte ao santo patrono. Salienta-se que o centro do apoio à causa de São Tiago era claramente a catedral de Compostela, apoiada por cabidos de outras sés; enquanto a de Santa Teresa era policêntrica, com destaque para as cidades de Ávila, Salamanca e Valladolid. Centro e periferia, nação e região, comunidade e indivíduo “permaneciam em tensão entre si (...) por vezes se nutriam, por vezes se repeliam”. Demarcando esta ambiguidade, a autora defende que São Tiago e Santa Teresa poderiam ser lidos

Revista *Ars Historica*, ISSN 2178-244X, nº 9, p. 239-244 | [www.historia.ufrj.br/~ars/](http://www.historia.ufrj.br/~ars/)

simultaneamente como locais e nacionais, comunitários ou individuais, sem cinismos. Na parte final do capítulo, examina com maior vagar o caso da Andaluzia.

Os embates entre as visões eclesiástica e secular são o fio condutor do quinto capítulo, *King, nation, and Church in the Habsburg Monarchy*. Aqui, as tensões e divisões seriam também complexas, potencializadas por rivalidades cotidianas e disputas de jurisdição e precedência, cindindo o próprio corpo eclesiástico: os bispos e alguns outros clérigos enfrentavam o dilema entre apoiar os cabidos de catedrais e alguns conselhos municipais – pró-São Tiago – ou o rei, administrador do *patronazgo* – portanto, pró-Santa Teresa. Os defensores desta conceberiam a escolha de um padroeiro “nacional” de um ponto de vista “comunicêntrico”, i.e., elevado pelo “povo”, representado por meio de seus poderes seculares. Os seus adversários, por sua vez, não abririam mão do monopólio clerical sobre o sagrado – logo, sobre a eleição de um santo patrono –, por ser matéria litúrgica e da jurisdição eclesiástica. Não se poderia fazê-lo por mero decreto, mas por uma ideia de ‘voto’ ou ‘juramento’ sagrado, público (e não por vontade individual) e perpétuo, intermediado pela Igreja, a despeito do próprio rei ou das cortes. Para Rowe, o conceito de nação homogênea se revelava, assim, frágil.

*Endgame in Rome* apresenta o desenlace da questão e deslinda a ação e a estratégia das redes de clientela dos dois lados do debate, a adentrar a sociedade de corte papal para influenciar a decisão de Urbano VIII: revogar ou não o breve de 1627, que autorizava a entronização da santa. De um lado, o *lobby* de Compostela; de outro, principalmente os carmelitas. Por fim, emissários de vários cabidos de catedrais convenceriam o papa dos prejuízos causados ao culto de São Tiago e, sobretudo, da interferência secular – régia – em matéria eclesiástica, provocando a anulação do breve e a emissão de um decreto pontifício sobre a justa forma de se eleger santos patronos. Na parte final do capítulo, reflete-se sobre as relações cada vez mais intensas entre a emergência de “nações” modernas e a escolha de um santo patrono, demarcando-se a diferença em relação aos cultos régios e dinásticos medievais. A veneração de santos ‘nacionais’ teria contribuído para forjar o próprio significado moderno de ‘nação’. Tem-se aí a impressão de que os cultos locais teriam perdido importância na modernidade, algo que considero discutível, pois em diversos lugares do Ocidente eles estão a ferver, como demonstram Jean-Michel Sallmann, Pierre Ragon e Frances Ramos, por exemplo.

O livro se encerra com um *epílogo* que traz à cena acontecimentos posteriores à polêmica do copatronato e busca ressaltar a importância do estudo de símbolos religiosos na análise da constituição de nações e nacionalismos.

Toda a tese de Kathleen Rowe se debruça sobre as ambivalências de uma discussão que se multiplica e se projeta em áreas por vezes inesperadas, problema simultaneamente político-religioso e “identitário”, marcado pela pluralidade e fluidez de concepções. Para a autora, o debate sobre o santo patrono “nacional” teria sido um “laboratório” para a emergência de uma concepção moderna de “nação” – hipótese central. A autora destaca ainda a coexistência ora tensa, ora harmônica, entre a ideia de nação como um passado ou cultura comum, empregada por ambos os lados, e a realidade jurídico-linguística fragmentada da monarquia. Embora o uso do termo “nação” soe anacrônico, uma leitura atenta revela a atenção da tese às historicidades, mesmo porque a palavra aparece algumas vezes nos discursos examinados. Mais discutível, talvez, seja a falta de uma definição mais precisa do conceito de *identidade* empregado.

Uma das maiores contribuições do trabalho, a meu ver, é a de demonstrar o convívio tenso de duas concepções de poder: uma “antiga”, corporativa e polissinodal, em simbiose com a Igreja – consubstanciada no culto a São Tiago – e outra “moderna”, a que a autora chama de “absoluta” – evidente em Olivares e nos partidários da santa carmelita. O desfecho do caso parece demonstrar que, em pleno Seiscentos, os de-modo-algum-desprezíveis conceitos absolutos e modernos veiculados em favor da copatrona e da revitalização da monarquia acabariam por sucumbir às antigas concepções corporativas de privilégios, imunidades e, sobretudo, precedências eclesiásticas, com atuação decisiva do papado, forçando o recuo da Coroa, em matéria que estava longe de ser uma mera questão ritualística.

Do ponto de vista de um historiador lusófono, poder-se-ia reclamar uma atenção maior a Portugal e às implicações da União Ibérica incidentes sobre a polêmica. Rowe menciona a participação do abade Salgado de Araújo no debate, compondo um tratado santiaguista, e de Antonio de Parada, com um tratado oposto; e, em nota, a adesão da Universidade de Coimbra a São Tiago (pp.142-143). Mas não se alonga. É impossível não se perguntar como outros agentes, poderes e instituições lusas reagiram às tentativas de oficialização teresianas e debateram internamente o tema – possivelmente, de modo tão heterogêneo e contraditório quanto os vizinhos. Embora muitos arquivos e bibliotecas, na Espanha e no Vaticano, tenham sido visitados pela historiadora, talvez fosse relevante colher registros em instituições lusas, para averiguar melhor a participação de portugueses no debate, em pleno domínio filipino. Outro exemplo que mereceria maior atenção, nesse sentido: o discurso relativo ao valimento de Santa Teresa em favor da retomada da Bahia de mãos neerlandesas, em 1625 (p.116). Embora ultrapasse o escopo da pesquisa, o caso indica a abrangência atlântica e ibero-americana do assunto, cabendo aqui o enfoque sugerido por Sanjay Subrahmanyam e Serge

Revista *Ars Historica*, ISSN 2178-244X, nº 9, p. 239-244 | [www.historia.ufrj.br/~ars/](http://www.historia.ufrj.br/~ars/)

Gruzinski, sobre as conexões entre os “mundos misturados” ibéricos, incluídos aí os domínios ultramarinos.

O trabalho de Erin Rowe, apesar de não privilegiar a análise iconográfica, abordando fontes imagéticas de modo um tanto descritivo, poderia ser editado com ilustrações legendadas, acrescentando a iconografia presente nos libelos produzidos durante a discórdia. Essa ausência pode ter sido ocasionada, contudo, pela falta de fontes iconográficas preservadas.

Apesar desses apontamentos, quero ressaltar que *Saint and nation* é altamente recomendável a iberistas e a todos que propõem questões sobre representações e poder na era da Contrarreforma e da União Ibérica. Entre outras virtudes, evidencia as dimensões múltiplas das formas de identificação social e político-religiosa na Espanha moderna, aborda com profundidade o tema dos santos patronos numa razão de Estado católica, com base nos seus distintos usos por agentes e instituições, explora os diversos campos abertos pela discussão, nos quais se projetaram os dilemas hispânicos – por exemplo, representações de gênero – e propõe hipóteses inteligentes para lidar com as ambiguidades e fragmentos da monarquia compósita católica, em sua delicada crise existencial seiscentista. Momento também de ideias novas, ou, dito à época, “modernas”. Edições portuguesas e brasileiras da obra seriam muito bem-vindas.